

Piratini diminui alíquota de ICMS de luz, combustíveis e telecomunicações

Governo estadual reduz ICMS sobre a gasolina para 17%

Medida resulta de adequação a lei aprovada no Congresso Nacional e inclui também energia elétrica e telecomunicações

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

O governo estadual anunciou, na manhã de sexta-feira, a redução das alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público, em adequação à Lei Complementar 194, proposta pelo Palácio do Planalto e aprovada no Congresso Nacional.

Segundo o governador Ranolfo Vieira Júnior, a implementação da medida resultará em redução de R\$ 0,71 no ICMS da gasolina, por exemplo, com a diminuição da alíquota de 25% para 17%. Eventual repasse ao consumidor final dependerá da política de preços dos revendedores.

As alíquotas do tributo estadual sobre a energia elétrica e as telecomunicações também caem de 25% para 17%. Neste caso, o consumidor sentirá a redução direta das contas. Sobre os demais itens, como diesel e transporte coletivo, a medida não surtirá efeito, pois o Estado já está em conformidade com a norma proposta da União. Ao mesmo tempo, o Piratini informou que a arrecadação por parte do Estado terá queda de R\$ 2,8 bilhões brutos no segundo semestre – o montante abrange todos os itens. Desse total, 25% são das parcelas municipais.

Desafio

Ranolfo ressaltou que o governo está se adequando à legislação apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro, mas demonstrou preocupação. Esse ajuste, destacou, vai afetar as contas públicas estaduais, o que traz novo desafio para gestão no combate à precarização dos serviços públicos.

– Isso vai representar para nós, só neste ano, redução em torno de R\$ 2,8 bilhões, que vamos deixar de arrecadar. Então, mais um desafio que teremos pela frente para isso não atingir na prestação do serviço público.

O governador reforçou que a medida obriga o Estado a adotar ações para tentar compensar a queda. No entanto, ele salientou que esses movimentos não passam por elevar outros tributos:



Perda na arrecadação bruta será de R\$ 2,8 bi até fim do ano, diz Ranolfo

– Não vamos de maneira nenhuma aumentar outros impostos para compensar isso.

O secretário da Fazenda do Estado, Marco Aurélio Cardoso, afirmou que a preocupação maior é com os impactos da diminuição de arrecadação no longo prazo. Nas obrigações da atual gestão, ele disse que a medida não terá efeito.

– Não está em risco o pagamento de salários em dia neste ano ou o cumprimento das obrigações que o Estado já se comprometeu a fazer nesse exercício – destacou.

O secretário disse que há compensação de perdas pela União em 2022, mas não a partir de 2023.

O economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos, auditor aposentado da Secretaria da Fazenda e do Tribunal de Contas e especialista nas finanças públicas, avalia que o governo não deve ter grandes problemas com a perda de arrecadação no curto prazo. Para ele, o problema maior pode ocorrer após o fim do regime de recuperação fiscal, que encerra em 2031. Caso o governo não evolua em arrecadação de receita no período, a perda de fatia no orçamento será um complicador.

– O problema é depois de 2031. O pagamento da dívida vai ficar alto se, de fato, essa perda de receita não se compense de outra forma. Pelo menos em boa parte, a

conta não vai fechar. Já pelo lado da despesa, as reformas contribuirão muito para o ajuste.

O economista diz que é difícil estimar quais áreas seriam afetadas diante desse cenário de menor arrecadação sem evolução na receita. No entanto, afirma que o Estado perderia capacidade de investir.

Consumidor

Ranolfo reconheceu que a redução do ICMS beneficia os consumidores. Também lembrou que o Piratini adotou recentemente a redução de impostos, o que, disse, demonstra que a gestão não é contra corte de tributos.

Usando o exemplo da gasolina comum, Cardoso apontou que o preço-base para tributação desse combustível é alterado e não valerá o valor congelado de novembro de 2021, de R\$ 6,1796. Agora, a base passa para a média dos últimos cinco anos, de R\$ 4,9105, segundo Cardoso. Esse cálculo será atualizado mensalmente, porque é feito sobre média de 60 meses. Sistema nesse mesmo molde será aplicado sobre a gasolina premium e o gás de cozinha.

O secretário destacou que é difícil precisar qual será o repasse dessa redução para os consumidores.

– Vai depender dos fatores do mercado – comentou.

Repercussões

POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

O presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Rio Grande do Sul (Sulpetro), João Carlos Da'Aqua, afirma que o mundo passa por uma crise no âmbito dos combustíveis sem sinalização clara de melhora

O executivo avalia que era necessária alguma intervenção nesse sentido, como ocorreu no âmbito dos tributos

Da'Aqua destaca que essa redução de impostos não resolve o problema, porque o preço do combustível depende de outras flutuações de mercado, mas ameniza

“No momento, alguma coisa precisava ser feita. Dentro da realidade da população hoje, sofrendo com preço, qualquer alívio é bem-vindo”, diz

O dirigente considera que eventual redução no preço dos combustíveis poderá ser observada nos próximos dias no Estado, variando de acordo com cada região e estabelecimento

TRANSPORTE DE CARGAS

O presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no RS, Sérgio Mário Gabardo, avalia que o impacto da redução de ICMS nos combustíveis é pequeno no setor. O governo também já promoveu diminuição da alíquota sobre o diesel

Gabardo afirma que o segmento precisa de auxílio para diminuir o custo total de transporte, que é muito penalizado no cenário atual

“Os governos estadual e federal têm de sentar com o transportador para baixar o custo do transporte. Não somente o diesel. O diesel é uma variável dentro do custo de transporte. Tem o custo com o caminhão, equipamento”, defende

Gabardo cita também a necessidade de avançar em garantias de segurança contra o roubo de cargas e de incentivos para acordos de seguro, que atualmente são inviáveis em razão dos preços de contrato

“

Isso (redução do ICMS) vai representar para nós, só neste ano, redução em torno de R\$ 2,8 bilhões, que vamos deixar de arrecadar. Então, mais um desafio que teremos pela frente para isso não atingir na prestação do serviço público. (...) Não vamos de maneira nenhuma aumentar outros impostos para compensar isso.

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Governador do Rio Grande do Sul

“

Não está em risco o pagamento de salários em dia neste ano ou o cumprimento das obrigações que o Estado já se comprometeu a fazer nesse exercício.

MARCO AURELIO CARDOSO
Secretário estadual da Fazenda

“

No momento, alguma coisa precisava ser feita. Dentro da realidade da população hoje, sofrendo com preço, qualquer alívio é bem-vindo.

JOÃO CARLOS DA'AQUA

Presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do RS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Teto ao tributo **Página:** 10 e 11